



TRANSPARÊNCIA MPF recomenda a Ufal medidas para concursos

O Ministério Público Federal (MPF) em Alagoas expediu recomendação à Universidade Federal de Alagoas (Ufal) para que adote uma série de providências que possam tornar mais objetivos, transparentes e mais consentâneas com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência os concursos públicos realizados pela instituição, mormente os que se destinam ao ingresso na carreira do magistério superior.

Subscrita pela procuradora da República Niedja Kaspary, a recomendação foi expedida no curso de Procedimento Preparatório, instaurado na Procuradoria da República em Alagoas, em razão de representação que noticiava supostas irregularidades na aplicação e correção das provas de concurso público para provimento do cargo de professor substituto.

Foi ainda motivada, pelo recorrente recebimento, de representações por parte dos candidatos que se submetem às seleções promovidas pela Ufal, as quais questionam a isenção das bancas examinadoras, a não adoção de critérios objetivos para correção de provas e a falta de transparência na avaliação dos candidatos.

Segundo foi apurado pela procuradora da República durante a instrução dos procedimentos, há uma insatisfação dos candidatos contra integrantes de bancas examinadoras que não se averbam suspeitos quando há examinandos com os quais têm relação de amizade, o que muitas vezes acarreta o desequilíbrio do certame. De acordo com a procurado, outras universidades federais já vêm estabelecendo suas normas para a realização de concursos públicos para a carreira do magistério superior, atendendo aos ditames da legislação.

A Ufal terá o prazo de 30 dias para se manifestar. O descumprimento da recomendação pode acarretar ações judiciais por parte do MPF.